

**Imprensa, Estado e industrialização planejada nos anos 50:
os grandes jornais “liberais” cariocas diante do projeto desenvolvimentista do
Segundo Governo Vargas**

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS *

Os anos 50 e 60 são de grandes mudanças na economia e no aparato estatal brasileiros, notadamente nas instituições e agências voltadas para o gerenciamento macroeconômico. Para muitos autores, como BAER e SUZIGAN, nesse período, consolidou-se o *processo de industrialização* do país, ao completar-se a passagem do sistema agroexportador para o industrial tanto do ponto de vista da formação de capital, quanto da presença relativa de cada setor no crescimento do PIB.¹ Nessa conjuntura, presenciamos também uma importante etapa do chamado modelo de substituição de importações no Brasil com o aprofundamento da instalação de indústrias de base (energia, metalurgia, química) e a ampliação do setor de bens de consumos duráveis, em especial o automobilístico.

Contudo, essas mudanças estiveram longe de ser naturais e/ou espontâneas, pois implicaram ou mesmo derivaram de uma decisiva ação estatal. Como ressalta BAER, a industrialização antes do pós-guerra foi mais um “expediente ocasional”, determinada pelas contingências geradas pela Crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Depois de 1945, porém, ela transformou-se paulatinamente “em uma decidida política no sentido de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira”.² Entretanto, essa política implicou em um aumento considerável do intervencionismo estatal na economia, com a criação de empresas públicas (Petrobras, Eletrobrás), de novos tributos – ou da repartição da receita dos antigos em favor do governo federal – e a ampliação da

* O autor é bolsista Capes de Pós-doutorado (PNPD), vinculado do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPG-PUCRS, sendo doutor em História pela mesma instituição, tendo a sua pesquisa de doutorado que dá origem a este artigo financiada pelo Cnpq.

¹ BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo : Nobel, 1996, p. 55 e SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira : Origem e Desenvolvimento*. São Paulo : Brasiliense, 1986, p. 246

² BAER, *op.cit.*, p. 35

burocracia, sem contar as novas agências do Estado ou paraestatais, responsáveis por planejar as suas principais ações econômicas.³

Embora tais mudanças tenham se consolidado durante a Presidência de Juscelino Kubistchek (1956-1960), o Segundo Governo Vargas (1951-1954) promoveu uma etapa fundamental desse processo: além de apresentar um intenso crescimento industrial,⁴ este governo implementou medidas importantes que modificaram a face do Estado brasileiro, dotando-o de inovadores instrumentos de intervenção econômica que forneceram as bases das mudanças dos anos seguintes. Quanto a isso, podemos citar: a criação da Petrobras, os projetos relativos ao Programa de Eletrificação - que deram origem à Eletrobrás - e a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), responsável pelo forte aumento na concentração de recursos financeiros no poder público e por seu investimento na industrialização do país. Também podem ser referidas as diversas comissões paraestatais que - envolvendo a burocracia (civil e militar) e as entidades de classe patronais - formularam boa parte dos programas de crescimento industrial do período, dentre as quais se destaca a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI).

Todas essas transformações estiveram longe de ser tranquilas, gerando muitas discussões e desconfianças sobre a adequabilidade do programa industrializante para o país. Em termos de teoria econômica, essas resistências encontraram uma forte voz na forte tradição liberal, por muito tempo hegemônica no pensamento acadêmico e no imaginário da elite brasileira. Essa corrente era contrária à industrialização brasileira com apoio efetivo do Estado. Defensora da especialização primária do Brasil a partir da teoria das vantagens comparativas, pregava que a melhor saída para o desenvolvimento nacional seria a produção e/ou exportação daqueles bens nos quais tínhamos maior competitividade internacional – setor primário – e a importação das mercadorias cuja produção local era relativamente menos eficaz – ou seja, o setor manufatureiro.

³ Quanto a estes aspectos, ver DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, p. 182 e LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi. *Política e interesses na industrialização brasileira : As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo : Paz e Terra : 2000, p. 222-223.

⁴ Para se ter uma ideia das transformações econômicas ocorridas no período, basta recordar que, entre de 1947 até 1955, o percentual da industrialização no PIB passou de 17,4% para 22,7% e a indústria teve um crescimento anual de 9,4%, bem superior ao PIB cujos índices ficaram em 6,1% (CANDAL, 1977, p. 263).

No pós-guerra, essa tradição liberal acabou se renovando e reforçando com a emergência da chamada corrente neoliberal, formulada originariamente pelos membros da Escola Austríaca (Ludwig von Mises e Friedrich Hayek) e representada, no Brasil, pelo destacado economista Eugênio Gudin. Essa linha de pensamento se distanciava um pouco dos liberais clássicos por admitir a existência de imperfeições no mercado (monopólios, ciclos econômicos, etc.) e aceitar um limitado grau de intervencionismo estatal corretivo. Mas se aproximava da tradição liberal por condenar intervenções estatais que ultrapassassem esse papel corretivo e procurassem promover o desenvolvimento econômico distorcendo o mecanismo de preços e/ou ampliando indevidamente a esfera de ação do poder público, através do direcionamento dos fatores produtivos ou da atuação direta na produção. De forma contundente, foram fortes críticos de qualquer proposta de “planejamento econômico”, a qual associavam ao fim do mercado e ao início do totalitarismo em países capitalistas.

No caso do Brasil, os neoliberais, capitaneados por Gudin, foram fortes adversários dos programas de industrialização planejada. O tema do planejamento econômico, aliás, foi objeto de uma acirrada polêmica no final do Estado Novo (1943-44), quando se discutiu, na Comissão de Planejamento Econômico, as alternativas para a economia brasileira no pós-guerra, opondo, de um lado, o industrial Roberto Simonsen, defensor da industrialização planejada, e, de outro lado, o próprio Eugênio Gudin, feroz antagonista dessa proposta. Com o fim do regime ditatorial, o planejamento econômico tornou-se, para os (neo)liberais e os antivarguistas no geral, uma espécie de ícone do intervencionismo varguista, que deveria ser combatido a todo o custo.

Sendo atacado por adversários com tanto prestígio intelectual e acadêmico e contrariando importantes interesses, a emergência e a continuidade do processo industrializante exigiram, especialmente no pós-guerra, uma ampla divulgação e defesa da ideia de que a industrialização acelerada do país, com presença ativa do Estado, era não só possível como imprescindível para o seu desenvolvimento.

Conforme autores como Ricardo BIELSCHOWISK, do ponto de vista da teoria econômica, a tarefa de legitimação da industrialização planejada acabou sendo exercida por uma corrente de pensamento classificada por ele como desenvolvimentismo.⁵

⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento.

Mesmo apresentando algumas divergências, os desenvolvimentistas convergiam em afirmar que países como o Brasil só sairiam do subdesenvolvimento se superassem a sua tradicional posição na divisão internacional do trabalho como produtores de bens primários e promovessem a industrialização acelerada de sua economia. Entretanto, para essa corrente, tal industrialização não aconteceria de forma espontânea, mas apenas através da participação ativa e massiva do Estado tanto na arrecadação e investimentos dos recursos necessários para os setores de base da economia, quanto no direcionamento das escassas divisas nacionais para a importação de máquinas e insumos úteis à indústria brasileira, além da proteção desta indústria da concorrência estrangeira. Apesar de emergir, no Brasil, ainda nos anos 30, a corrente desenvolvimentista recebeu significativo reforço e legitimidade acadêmica no pós-guerra com os trabalhos da Cepal, especialmente do fundador do pensamento cepalino – o prestigiado economista argentino Raúl Prebisch.

Novamente aqui o Segundo Governo Vargas foi um momento privilegiado desse processo. Conforme BIELSCHOWISK, o último mandato de Getúlio constituiu um momento fundamental de transição no terreno teórico-ideológico no qual o desenvolvimentismo tornou-se a doutrina dominante no debate sobre a economia brasileira e se efetivou como política pública do Estado no país.⁶

Tendo em vista todas estas questões, surge uma pergunta: como os grandes jornais brasileiros se posicionaram sobre as principais ações do governo Vargas em favor da industrialização brasileira? E, desta maneira, qual foi a sua posição diante do debate em torno da necessidade da industrialização acelerada do país?

Respostas a este tipo de pergunta ainda estão em aberto porque não temos trabalhos específicos que abordem a papel da grande imprensa brasileira no processo de legitimação do programa de industrialização brasileiro. De outra parte, no que se refere especificamente ao Segundo Governo Vargas, a bibliografia sobre imprensa tem apontado que os grandes jornais se opuseram ao programa econômico de Getúlio por serem defensores do liberalismo econômico e/ou dos interesses que se sentiam prejudicados com a possibilidade de o Brasil abandonar a sua condição de produtor primário e importador de manufaturados (capital estrangeiro, comércio

4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

⁶ BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, p. 341.

exportador/importador). Entretanto, a aceitação das conclusões apontadas por esses estudos levaria a concluir que a grande imprensa teria sido contrária ao projeto de desenvolvimento que estava se tornando hegemônico no período e que forneceria às bases para o desenvolvimento industrial do país nas décadas seguintes.

Por discordamos deste tipo de interpretação e da conclusão que ela induz, escolhemos como tema de análise avaliar a forma como a grande imprensa carioca considerada liberal - aqui representada pelos jornais **Correio da Manhã**, **O Jornal**, **Jornal do Brasil** e **O Globo** – se posicionou frente aos principais programas de desenvolvimento Segundo Governo Vargas e diante do processo de ampliação do papel do Estado que tais programas implicavam. Isso se justifica porque tal temática permite, ao mesmo tempo, avaliar se havia mesmo uma oposição intransigente dos grandes diários ao projeto desenvolvimentista de Vargas, como defende a historiografia tradicional, e, desta maneira, ao próprio projeto desenvolvimentista.

Imprensa e programa de desenvolvimento: entre o Estado e o mercado

Durante a análise do posicionamento dos jornais selecionados sobre a política econômica do Segundo Governo Vargas, constatamos que, em muitos momentos, estes jornais demonstraram preocupações características do pensamento liberal. Dentre elas, destacam-se as tradicionais prédicas pela necessidade de controle da inflação, do déficit público e da emissão de moedas. Também encontramos críticas pontuadas ao protecionismo e à excessiva expansão do Estado na economia, que, na opinião dos jornais, poderiam implicar em um indevido aumento da carga tributária e uma inadequada extensão das atividades produtivas do poder público. Não faltaram, críticas à burocracia, ao “dirigismo do Sr. Getúlio” e pregações contra a morosidade e a ineficiência do Estado.⁷

Além disso, seguidamente aparecem, nas páginas dos jornais, censuras ao que consideram como “defeitos inerentes” ao aparato estatal, ou seja, às características negativas que identificam como da própria “natureza” do Estado.⁸ Também

⁷ Um resumo dessas críticas pode se encontrado em MARTINS, Luis C. P. *Desenvolvimentismo X intervencionismo: o papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro conforme a ótica da grande imprensa “liberal” carioca no Segundo Governo Vargas*”

⁸ “Os projetos de exploração do petróleo”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 5 e “O trabalhador, a burocracia e a livre-empresa”, *O Globo*, 5 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1.

encontramos críticas nas quais os jornais não condenam o Estado em si mesmo, mas a forma como ele estava organizado no Brasil, incapaz de realizar as funções básicas que lhe eram devidas, sendo igualmente ineficiente em matéria de fiscalização e dissipador de dinheiro público e causador de inflação.⁹ Por fim, chama a atenção a frequente condenação que os diários analisados faziam à excessiva burocratização dos serviços públicos nacionais, a qual estaria levando a uma espécie de cristalização e, conseqüente, ineficiência da máquina administrativa.¹⁰

Com base nestas constatações mais gerais, poderíamos concluir que estaríamos diante de um posicionamento da imprensa condizente com o pensamento liberal ou (neo)liberal do período, contrário a qualquer ampliação da ingerência estatal da economia e defensor incondicional da livre iniciativa e das vantagens do mercado? E, dessa forma, disso derivaria uma condenação ao programa econômico desenvolvimentista do governo?

Uma resposta adequada a esta questão exige uma análise mais acurada do posicionamento dos jornais que não pode cometer o erro de se limitar apenas à superfície do discurso jornalístico, tomando como expressão do seu pensamento e das suas tomadas de posições somente a forma como os agentes jornalísticos se auto-representam em seus textos.

Em primeiro lugar, devemos ter em conta que as preocupações com a inflação e o déficit público surgiram em situações em que os jornais estudados mais defenderam do que criticaram Getúlio, quando apoiaram as principais medidas que os dois ministros da Fazenda de Vargas - Horácio Lafer (1951-1953) e, depois, Oswaldo Aranha (1953-1954) - tomaram para tentar controlar a alta dos preços.

⁹ Ver: “A exposição do ministro da Fazenda”, *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1952, Caderno 1, página 4 e “O Governo e a Execução orçamentária”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁰ Um bom exemplo disso pode ser encontrado nesse editorial de **O Globo**, intitulado exatamente “A máquina de triturar verbas orçamentárias”: “A burocracia chegou a extremos tais, entre nós, que se transformou em uma máquina de triturar verbas orçamentárias, sem vantagens maiores para o país. **Se o desajustamento hoje existente nos serviços públicos brasileiros não for superado sem demora é certo que a situação não melhorará**, pois as medidas, tão esperançosamente divulgadas pelo presidente da República, no seu discurso de ontem, carecerão de forças para corrigir o atual estado de coisas”. (*O Globo*, 9 de abril de 1952, Caderno 1, página 1). A mesma percepção pode ser encontrada no *Correio da Manhã*, como em “Crise de governo”, *Correio da Manhã*, 25 de março de 1952, Caderno 1, página 4.

Já no que se refere à relação entre mercado e Estado, encontramos alguns momentos de defesa localizada e isolada de princípios basilares do sistema liberal, como o livre-mercado, a livre-concorrência e a iniciativa privada ou a livre-iniciativa.¹¹ Mas a preocupação com temas como a “ameaça à iniciativa privada”, por exemplo, aparece com mais força nos momentos em que os jornais condenam as medidas intervencionistas do Executivo para combater problemas de abastecimento de gêneros alimentícios nos centros urbanos, através da Cofap.¹² Mas não estão associadas a críticas aos programas desenvolvimentistas do governo. Ao contrário, como veremos, o investimento estatal em desenvolvimento é visto como uma das saídas para o problema do abastecimento e do combate à inflação. Por fim, chama a atenção, a raridade ou mesmo a ausência de referências positivas ao liberalismo econômico.¹³

O tema da crítica à “burocratização do país” é um pouco mais complexo pois não é possível tirar uma conclusão geral para todos os jornais pesquisados, especialmente no que se refere à relação entre este “fenômeno” e à presença de Vargas na Presidência ou seu programa econômico. Em alguns momentos, esta burocratização aparece como um empecilho à ação do governo, contra o qual ele deveria lutar, como podemos notar em **O Globo**.¹⁴ Em **O Jornal**, diário que, na conjuntura em questão, dava apoio parcial ao governo, não encontramos relações diretas entre a

¹¹ Exemplos de defesa da livre empresa podemos encontrar em: “O trabalhador, a burocracia e a livre-empresa”, *O Globo*, 5 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1. Sobre a livre concorrência ver: “Totalitarismo siderúrgico”, *O Jornal*, 1 de maio de 1951, Caderno 1, página 4. Em relação à livre iniciativa ou iniciativa privada: “Problemas rurais”, *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1951, Caderno 1, página 4, “O ambiente das cidades e dos campos”, *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1952, Caderno 1, página 5, “O petróleo e as classes produtoras”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1952, Caderno 1, página 5, “Má interpretação da iniciativa privada”, *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 5 e “Indústria e planejamento”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

¹² Ver, por exemplo, “Ameaçando a livre empresa”, *O Jornal*, 17 de maio de 1951, Caderno 1, página 4 e “Esportes”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹³ Uma das raras exceções foi a crítica, encontrada na coluna *Tópico e Notícias*, do jornal *Correio da Manhã*, às palavras de um representante brasileiro à Quinta Reunião da Cepal, em Quitandinha-RJ, em abril de 1953, que havia condenado o liberalismo ou *laissez faire*, como causa do atraso da agricultura do país: “No signo do *laissez faire* realizou-se, sim, a evolução da indústria brasileira. E nesse setor não houve, por enquanto, necessidade de intervenção estatal. A incompatibilidade não existe entre a industrialização e o liberalismo e sim em outra parte: entre a industrialização, que é um processo evolutivo, e, por outro lado, a imobilidade de nossa agricultura, que vive, em pleno século XX, no mesmo regime da época colonial” (“Contradições econômicas”, *Correio da Manhã*, 18 de abril de 1953, Caderno 1, página 1). Todavia, essa referência ao liberalismo está sendo usada para defender uma política que não era aceita pelos liberais da época: a industrialização do país.

¹⁴ Ver nota anterior.

“burocratização”, Vargas ou os seus programas econômicos. Já no caso do **Jornal do Brasil**, deparamo-nos com uma situação dúbia, pois a crítica ao aumento da burocracia aparece na avaliação do projeto da Petrobras, mas, ao mesmo tempo, o Executivo é elogiado por atacar o problema com a sua política de saneamento financeiro, indicando uma posição de neutralidade ou não posicionamento explícito frente ao mesmo.¹⁵

É no **Correio da Manhã**, porém, periódico mais crítico a Vargas dentre o período pesquisado, que é possível identificar uma associação clara entre a “burocratização” e a ascensão de Getúlio à Presidência, como se fosse o seu *modus operandi* no poder, desde os anos 30.¹⁶ Mas esta censura não está vinculada à posição do diário frente aos novos programas econômicos do Executivo. Para o **CM**, a condenação ao burocratismo varguista é acima de tudo uma condenação ao passado político do presidente – “ditador”, “controlador”, “centralizador de poder”.

O **Correio**, entretanto, não vai se limitar apenas a condenar genericamente a burocracia e o burocratismo. Segundo o jornal, este problema antigo tornava-se mais saliente porque o Estado brasileiro estava assumindo responsabilidades para as quais ainda não havia se aparelhado, mas disso não concluía pelo abandono desse processo e sim pela necessidade de uma verdadeira reforma do aparato público. Em outras palavras, o mal que padecia o Brasil não era excesso de burocracia, mas a

falta de uma verdadeira burocracia, organizada e dinâmica, dotada de programas e critérios de ação. **Experimentamos a burocracia como um troço exatamente na medida em que deixamos de planejar a atuação do Estado, cuja presença é cada vez mais exigida pela vida contemporânea** mas que se transforma num entrave, quando não sabemos tripulá-lo.¹⁷

Já em relação ao diversos programas do governo que efetivamente ampliaram a intervenção estatal na economia com vistas à industrialização do país, a posição geral

¹⁵“Nesse primeiro ano de administração”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁶ “Problemas rurais”, *Correio da Manhã*, 14, de abril de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁷ “Política industrial”, *Correio da Manhã*, 2 de julho de 1953, Caderno 1, página 4. O *Correio* também defendeu a necessidade de uma reforma no ensino que permitisse a formação de novos técnicos e administradores (“Economia e ensino”, *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1952, Caderno 1, página 4) e defendeu o programa de reforma administrativa do governo Vargas, embora tenha o considerado “demasiadamente modesto” (“O navio espera novo vento...”, *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1952, Caderno 1, página 4). O mesmo argumento pode ser encontrado em **O Globo** (“Em meio ao marasmo ministerial”, *O Globo*, 25 de outubro, de 1951, Caderno 1, página 1 e “Gigante manietado pela burocracia”, *O Globo* 7 de agosto de 51, Caderno 1, página 1).

dos jornais foi mais de convergências do que de divergências com o governo. Os diários estudados, por exemplo, aprovaram o principal projeto de ampliação do poder de arrecadação e investimento do Estado, o Plano de Reaparelhamento de Lafer, proposto em 1951, o qual deu origem a um aumento de 15% sobre a alíquota do Imposto de Renda na forma de empréstimo compulsório e levou à criação do BNDE, o primeiro e principal banco brasileiro de fomento ao desenvolvimento econômico e à indústria nacional.

No que diz respeito à intervenção direta do Estado em empreendimentos industriais, a situação é mais complexa e diversa. O exemplo mais eloquente - e, sem dúvida, o mais polêmico - é oferecido pelo caso do petróleo, mas o processo de criação da Petrobras foi bastante sinuoso, dando margens a muitas interpretações equivocadas. Para entendermos melhor esta questão, devemos recordar que o projeto sancionado em outubro de 1953 dando origem à Petrobras não foi aquele apresentado por Vargas, em dezembro de 1951. O programa inicial do governo era mais flexível e propunha uma empresa pública de economia mista que permitia, ao menos em teoria, a participação minoritária e controlada do capital estrangeiro e não incluía oficialmente o monopólio estatal. Já o programa aprovado no final de 1953 incorporou o monopólio estatal parcial do petróleo - pois ficavam sob o controle do Estado a pesquisa, a exploração e o refino deste hidrocarboneto, restando à iniciativa privada a distribuição e a venda a varejo e as refinarias existentes ou já concedidas. A inclusão do monopólio, porém, não se deu por iniciativa do Executivo, mas por pressão da *Campanha do Petróleo*, da chamada “bancada nacionalista” - que incluía deputados do próprio PTB - e da UDN, partido tradicionalmente favorável à participação estrangeira na exploração dos recursos naturais do país, mas que apoiou o monopólio estatal como forma de se opor a Vargas.

Os jornais pesquisados divergiram bastante nesse longo processo. Os diários **Correio da Manhã** e **O Globo** não apenas aprovaram a proposta inicial do governo, como ainda a defenderam como a melhor alternativa a ser tomada, especialmente no caso de **O Globo**, para o qual a empresa de economia mista era a solução no desenvolvimento do setor petrolífero no país. Na base do argumento destes periódicos estava a necessidade de se desenvolver logo a produção de combustíveis líquidos no Brasil e um certo grau de desconfiança de que a iniciativa privada, especialmente a estrangeira, não seria adequada ou suficiente para atender os interesses nacionais. Esse

raciocínio era mais claro em **OG**, que se colocou diretamente contra a presença alienígena na indústria petrolífera brasileira e defendeu a sua reserva para a iniciativa privada nacional. **O Correio** foi mais favorável ao capital estrangeiro, mas considerava importante a empresa de economia mista como forma de garantir os objetivos do país diante dos poderosos trustes. Por fim, a companhia proposta por Vargas era apoiada por permitir a combinação do interesse privado e do interesse público numa área essencial ao desenvolvimento nacional.

Os periódicos **Jornal do Brasil** e **O Jornal**, por sua vez, foram mais resistentes a este programa, desde a apresentação do projeto inicial do Executivo, identificando no mesmo uma indevida expansão da ação do Estado sobre a economia. Todavia, quando a campanha a favor do monopólio estatal começou a ganhar força e a ameaçar o projeto do governo, estes jornais também aderiam à proposta oficial, na medida em que viam a vitória da tese monopolista como um mal maior do que a empresa de economia mista.

Por fim, todos os quatro jornais convergiram em condenar o projeto aprovado, por se oporem à inclusão do monopólio estatal, à exclusão do capital estrangeiro (menos **O Globo**) e à quase inviabilização da participação privada no setor.

Em resumo, podemos perceber que existiram muitas divergências entre os jornais nessa questão, mas percebe-se que, por uma razão ou outra, houve uma razoável tolerância com ampliação da ação industrial do Estado, superior ao permitido a um pensamento tipicamente liberal. Ademais, no decorrer do debate sobre o programa de Vargas, só encontramos uma crítica ao “estatismo”, presente no **Correio da Manhã**, mas que foi empregada para defender o programa do governo, classificado como “estatismo moderado”, contra a tese do monopólio estatal, condenada como “estatismo total”.¹⁸

Desta forma, algumas perguntas emergem: seria esta tolerância ou aceitação transferíveis para outras ações intervencionistas do programa econômico do governo? É possível retirar desse exemplo uma concepção de Estado também aplicável a outras situações?

Vimos, anteriormente, que os jornais pesquisados foram bastante receptivos a medidas do Executivo que ampliaram a arrecadação e a concentração de recursos no aparato estatal, como na criação do BNDE. Em relação à intervenção direta nas

¹⁸ “A Petrobras”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

atividades produtivas, especialmente nas indústrias de base, a análise fica um pouco prejudica porque, em nosso levantamento, encontramos pouca uniformidade de posicionamentos dos diários, pois eles não se pronunciaram igualmente sobre os mesmos temas, deixando grandes lacunas.

Um ponto que chamou a atenção, porém, foi a postura que adotaram frente à Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. O **Correio**, por exemplo, não só teceu seguidos elogios à importância dessa empresa para o desenvolvimento do país, como ainda apoiou as propostas de ampliação da mesma e, conseqüentemente, de ampliação do papel do Estado no setor siderúrgico.¹⁹ O **JB** e o **Jornal** também foram bastante eloquentes em defender a relevância de Volta Redonda para a economia nacional, especialmente por seus efeitos incentivadores das atividades privadas a ela vinculadas.²⁰ Ademais, esses dois jornais igualmente apoiaram a necessidade de intervenção estatal no caso do carvão, indicando que não eram obrigatoriamente contrários a um grau razoável de ação do Estado nos setores de base.²¹

Esses exemplos, embora fragmentados, oferece-nos importantes indícios do grau de aceitação da intervenção estatal nas atividades produtivas pelos jornais: esta intervenção é aceitável e até incentivada desde que se invista em setores de base nos quais a iniciativa privada seja considerada inadequada ou insuficiente, como no caso do petróleo, do aço e do carvão; porém, não se deseja ou apoia intervencionismo estatal que possa sufocar ou substituir a inversão privada onde ela já atua ou pode atuar eficientemente.

Contudo, apesar desses limites, ainda é uma concepção que ultrapassa uma visão liberal mais estrita, que condenava qualquer ação industrial do Estado o que ainda pode

¹⁹ “Comissão Mista, Volta Redonda e Central do Brasil”, *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1951, Caderno 1, página 4.

²⁰ “Vamos produzir mais aço”, *O Jornal*, 9 junho de 1951, Caderno 1, página 4. Ver também: “Siderurgia e carvão vegetal”, *O Jornal*, 21 janeiro de 1951, Caderno 1, página 4 e “Não perdeu tempo”, *O Jornal*, 17 maio de 1951, Caderno 1, página 4. Quanto ao **JB**, consultar: “A siderurgia no caminho certo”, *Jornal do Brasil*, 3 de junho de 1952, Caderno 1, página 5 e “Nova política econômico-financeira”, *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5.

²¹ “Em torno do problema do carvão”, *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5. Ver também: “Em defesa do carvão nacional”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5 e “Ainda o carvão nacional”, *Jornal do Brasil*, 27 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5. Já, em relação a **O Jornal**, temos: “Intervenção do Estado nos domínios do carvão”, *O Jornal*, 10 agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

ficar mais claro se analisar a posição dos jornais sobre um conceito como planejamento, tendo em vista a polêmica entre liberais e desenvolvimentista em torno do mesmo.

Entre os jornais pesquisados, apenas o **Correio da Manhã** aborda diretamente este tema. Neste periódico, aliás, o conceito de planejamento econômico aparece em várias oportunidades, como na forma com que ele apoiou as iniciativas do governo voltadas ao desenvolvimento econômico e à industrialização, como a criação da CDI, da CMBEU e do próprio BNDE. O **Correio**, porém, não se limitou apenas a aplicar passivamente este conceito na avaliação que fez dos programas do Executivo, mas tomou uma posição ativa, preocupando-se em firmar a sua validade na esfera de discussões. Em suas páginas podemos encontrar elogios à ação dos técnicos em planejamento, como Rômulo Almeida, a quem o jornal qualifica como representantes de uma “mentalidade criadora” que estava remodelando o país.²² O diário igualmente empenhou-se em uma verdadeira “cruzada” pela sustentação teórica desse conceito, para que tal mentalidade se difundisse ainda mais.

Em termos de conteúdo, o **Correio** novamente surpreende, ao defender não apenas a industrialização planejada como saída para o subdesenvolvimento do país mas também um modelo de planejamento bastante centralizado, o que o aproxima, ao menos na conjuntura em questão, mais da corrente desenvolvimentista do que do pensamento (neo)liberal, contrariando a forma tradicional com que este diário é normalmente classificado em termos doutrinários pela historiografia.²³

²² “Modelando o Brasil”, *Correio da Manhã*, 12 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

²³ Quanto a isso, o **CM** não deixa dúvidas fazendo um combate explícito às associações que os liberais faziam entre planificação, socialismo e totalitarismo. Por exemplo, ao apoiar a criação da CDI e a necessidade de industrialização do país, o **Correio** salienta que, no mundo contemporâneo, não é mais possível conseguir uma industrialização espontânea em países subdesenvolvidos, tendo em vista que, ate mesmo nações como o Japão e a Rússia, “de regime político e de cultura tão diferentes, adotaram, igualmente, o sistema do planejamento quando resolveram industrializar-se.” Conclui afirmando: “o planejamento econômico, surgido com as doutrinas socialistas e depois endossada pelo fascismo, não é mais considerado como dependente do totalitarismo, sendo unânimes os autores quanto à possibilidade de ser ele empreendido em plena vigência das liberdades democráticas. Independentemente das controvérsias ideológicas, há certos princípios sócio-econômicos que se podem considerar cientificamente estabelecidos. Assim, deve-se reconhecer como regra pacífica a possibilidade e, mais que esta, a necessidade do entrosamento entre a intervenção planejadora do Estado e a livre iniciativa das empresas. Somente pela adoção de um plano se pode proceder em prazo curto e em bases econômicas à recuperação de uma economia subdesenvolvida” (Indústria e planejamento”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.. Outros exemplos de defesa do planejamento geral da economia brasileira podem ser encontrados em: “Imaginação criadora”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4, “Mobilização da indústria”, *Correio da Manhã*, 21 de maio de 1953, Caderno 1, página 4, “Consciência industrial”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1953, Caderno 1, página 4 e “Modelando o Brasil”, *Correio da Manhã*, 12 de

O **CM**, porém, vai procurar deixar bem claros os limites que concebia ao intervencionismo estatal via planejamento: ele deveria ter um caráter de suplementação e não de supressão da iniciativa privada. Nas páginas do jornal, duas medidas aparecem como possíveis alternativas para uma boa combinação entre Estado e atividade privada: de um lado, a criação das agências planejadoras (CDI, BNDE), que, conforme congregassem técnicos do Estado e representantes empresariais, poderiam cooperar na formação de planos e programas que englobassem interesses privados e públicos; de outro lado, através da própria interferência direta do Estado nas atividades produtivas, especialmente pelas empresas de economia mista tal como fora proposto no projeto original da Petrobras.

Nenhum dos demais periódicos pesquisados apresenta uma defesa e uma aplicação tão nítida e sistemática do conceito de planejamento econômico, embora possamos identificar a aceitação da necessidade de planos e de programações para ações mais localizadas.²⁴ Já no que se refere propriamente ao conteúdo das propostas, notamos que os demais diários igualmente apoiaram a criação das agências planejadoras como alternativa na integração entre Estado e iniciativa privada, o que permite concluir que, embora sem a clareza ou mesmo consequência conceitual do *Correio*, incorporavam implicitamente o mesmo na forma como compreendia a realidade brasileira de então.²⁵

novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

²⁴ **O Jornal** usou seguidamente na palavra “plano” e elogiou os trabalhos da CMBEU como “o início do plano geral, que abrange outros setores da atividade nacional” (“O problema principal”, *O Jornal*, 4 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4). **OG**, por sua vez, em um editorial em que comentou os recursos destinados ao BNDE, afirmou o seguinte: “O centro desse programa de investimentos básicos – sem dúvida, **o maior e até aqui o mais bem planejado das administrações republicanas** – é a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos cuja criação e implantação (sic) assinalou o advento da nova política de cooperação com os Estados Unidos” (“Quando o governo vai apelar para um empréstimo interno”, *O Globo*, 24 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1). Já o **JB** salientou o trabalho de planejamento da Comissão, ressaltando a sua diferença com outros programas econômicos brasileiros, especialmente na organização financeira: “Noutros tempos, **a improvisação era a regra**. (...) **A perspectiva de agora é bem diversa, esperando o povo que um pouco mais de austeridade administrativa venha proporcionar o clima interno necessário ao prosseguimento do programa traçado pelo ministro da Fazenda**, que sempre se preocupou com **os problemas fundamentais**, pondo de lado **as fantasias e abstrações**, tão do gosto de certos doutrinadores e homens públicos” (“O relatório do ministro da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 1 de novembro de 1951, Caderno 1, página 5).

²⁵ “Um novo órgão”, *O Globo*, 7 de julho de 1951, Caderno 1, página 3, “Justificado otimismo”, *O Jornal*, 9 junho de 1951, Caderno 1, página 4 e “Produção barata e escoamento fácil”, *Jornal do Brasil*, 31 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5.

Fazendo uma síntese do que foi exposto, notamos que os jornais pesquisados não demonstram total clareza sobre o tipo de Estado que sustentam na conjuntura estudada. Também não é possível identificar um único modelo nas diversas posições que tomam sobre o programa econômico do Segundo Governo Vargas. Mas, é perceptível um bom grau de aceitação quanto à ampliação da intervenção desse Estado na economia brasileira como forma de fomentar o desenvolvimento do país na arrecadação e centralização de recursos, na atividade de planejamento econômico ou mesmo em determinados setores de produção (indústrias de base).

Claro que os jornais demonstram também diferentes níveis de preocupação com os possíveis excessos dessa participação estatal, estando sempre a postos para denunciar quando ela parece ameaçar a “livre iniciativa”. Entretanto, as tomadas de posição dos impressos em relação às propostas de intervenção do Estado na economia vão bem mais além daquilo que era permitido ou tolerado por um pensamento estritamente liberal ou neoliberal, aproximando-se mais, com graus razoáveis de variação, do que era proposto pelos desenvolvimentistas.

O liberalismo, porém, ainda continua uma “teoria autorizada” pelo seu prestígio acadêmico e por seu histórico de lutas contra os avanços indevidos do Estado. Dessa maneira, não deve surpreender que, quando procuram criticar atos do governo ou mesmo desautorizar programas e ideias, princípios basilares liberais sejam evocados para legitimar a posição de um impresso. Entretanto, o apelo a noções tipicamente desenvolvimentistas e cepalinas, como “planejamento”, “pontos de estrangulamento”, “crise de crescimento” e “macrorentabilidade econômica”, feito pelos jornais, demonstra como o liberalismo já não é capaz de fornecer elementos conceituais suficientes e/ou apropriados para que estes possam apreender e se posicionar frente à realidade brasileira do período.²⁶

Pensando estas questões nos termos do conceito de campo jornalístico, desenvolvido por Pierre Bourdieu,²⁷ podemos afirmar, que, como agentes do campo jornalísticos, objetivamente interessados em lutar pela condição de porta-vozes mais legítimos da coletividade na esfera de debates, os jornais pesquisados se veem diante da

²⁶ Quanto a isso ver PÉCAULT, *op.cit.*

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *L'Emprise du journalisme*. La Recherche en Sciences Sociales, *Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994 e BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.

necessidade de buscar novos modelos intelectuais que lhes permitam interpelar eficazmente o seu público leitor. Na conjuntura dos anos 50, esses modelos deveriam também ser capazes de associar ao discurso jornalístico um tom de “modernidade”, de apoio ao “progresso da nação”, de “superação do subdesenvolvimento” e até de enfrentamento do “imperialismo norte-americano”, ideias que estavam se tornando dominantes.

Não deve surpreender, porém, a forma como os jornais muitas vezes oscilam e transitam entre princípios teóricos diferentes, apelando para o liberalismo em alguns casos e para conceitos desenvolvimentistas em outros. Devido às características de seu campo de produção, os agentes jornalísticos fazem um uso *estratégico* das doutrinas na tentativa de melhor interpelar o público leitor, priorizando muito mais os ganhos simbólicos que podem obter para a mobilização dos leitores (valor de legitimação de suas falas) do que o apego à coerência e à pureza teórica, próprias do campo acadêmico.

Independentemente dessas diferenças, as visões sobre o Estado mais perceptíveis nas linhas de ação dos jornais se aproximam daquilo que era proposto pelo próprio governo Vargas. É assim que podemos entender o endosso que, no geral, tais periódicos deram às principais iniciativas desse governo na ampliação do papel do Estado (agências planejadoras, plano de reaparelhamento, banco de desenvolvimento e, parcialmente, o projeto original da Petrobras). Porém, também havia diferenças entre os jornais e o Executivo, em especial no grau de participação destinado à iniciativa privada, nacional e estrangeira, nesses empreendimentos. Os diários pesquisados, no geral, eram mais tolerantes que o governo nesse quesito. Igualmente encontramos críticas dos impressos a muitas propostas governamentais, no entanto, tais contestações aconteciam quando os programas de Vargas ameaçavam ultrapassar os limites aceitos pelos jornais entre a ação intervencionista do Estado e a liberdade privada (excesso de tabelamento, monopólios estatais) ou eram mal executados por ele.

Em consequência, achamos correto aplicar, aos diários aqui analisados, conclusões semelhantes a que chega a pesquisa de SARETTA sobre o posicionamento do **Estado de S. Paulo** frente ao governo de Getúlio: “as críticas do jornal (o **Estadão**) ao governo federal são muito mais de natureza política e administrativa do que relativas à economia e à política econômica”.²⁸

²⁸ SARETTA, Fausto. . O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954).

BIBLIOGRAFIA

1. BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo : Nobel, 1996.
2. BOURDIEU, Pierre. *L'Emprise du journalisme*. La Recherche en Sciences Sociales, *Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994 e
3. _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.
4. DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
5. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi. *Política e interesses na industrialização brasileira : As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo : Paz e Terra : 2000.
6. SARETA, Fausto. . O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954). In: *IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlândia, 2004. v. 1. p. 1-20.
7. SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira : Origem e Desenvolvimento*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

In: *IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlândia, 2004. v. 1. p. 1-20, p. 08. Interpretação que ao menos o **Correio da Manhã** não deixaria de endossar: “Contrariamente ao que se poderia supor, o maior defeito do governo do sr. Getúlio Vargas é sua inépcia política.(...) O Sr. Getúlio Vargas, por mais que intelectualmente se esforce para manter-se à altura dos tempos, permaneceu, psicologicamente, vinculado a suas experiências anteriores. (...) E é por este motivo que mantém as sufocantes tradições burocráticas que centralizam, no presidente da República, os mais insignificantes papéis. Homem do Estado Novo, conservou as ilusões sobre a eficácia da demagogia trabalhista e das promessas mirabolantes.(...) [O] Sr. Getúlio Vargas não compreendeu a medida em que, apesar de muitas deficiências, **a política econômico-financeira de seu governo poderia servir de base para um profundo movimento de popularidade. (...) Não compreendeu que uma política de desenvolvimento, baseada na formação de sociedades mistas, proporciona, ao mesmo tempo, oportunidades para a classe média e abundância de bens e serviços. É por não compreender a situação do país e o alcance de seus próprios atos que o Sr. Getúlio Vargas proporciona aos adversários a ocasião de criticar-lhe os erros e de se beneficiarem de seus acertos**” (“Inépcia política”, *Correio da Manhã*, 21 de junho de 1952, Caderno 1, página 4. Ver, também, “Pena de morte”, *Correio da Manhã*, 10 de abril de 1951, Caderno 1, página 4.).